



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

LAUDO 03/2009

LAUDO DE VISTORIA E CONSTATAÇÃO DE VALOR CULTURAL

1 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Foi solicitada pela Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais a realização de vistoria técnica na Igreja do Canga, no município de Morro do Pilar, com a finalidade de atestar o seu valor cultural.



Figura 01 - Mapa de localização



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

2 – METODOLOGIA

Para elaboração do presente Laudo de Vistoria foram usados os seguintes procedimentos técnicos: Inspeção “in loco” no bem cultural, objeto deste laudo; Leituras dos livros: “Do Diamante ao Aço. A Trajetória do Intendente Câmara” do autor Américo Antunes; “Memórias do distrito diamantino” do autor Joaquim Felício dos Santos; “Arraial do Tijuco. Cidade Diamantina” do autor Aires da Mata Machado Filho; “Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais” do autor Waldemar de Almeida Barbosa; dentre outras bibliografias.

3 – HISTÓRICO DO BEM CULTURAL

No dia 01 de dezembro de 2008, a Arquiteta Andréa Lanna Mendes Novais e a Historiadora Karol Ramos Medes Guimarães, Analistas do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, realizaram uma vistoria técnica na Igreja do Canga. Foram acompanhadas pela Geraldina Aparecida Dias, Membro do Conselho da Proteção do Patrimônio Cultural e Juliana Rajão, Arquiteta do Município de Morro do Pilar.

3.1- Breve histórico do Município de Morro do Pilar

O arraial foi fundado pelo bandeirante Gaspar Soares que recebeu do Coronel Antônio Soares Ferreira, guarda-mor, as datas de Santo Antônio, em 02 de março de 1701. Gaspar Soares se estabeleceu em um morro, denominado Alto do Canga, onde encontrou ouro neste mesmo ano. Posteriormente, em 1710, construiu nas proximidades uma capela dedicada à Nossa Senhora do Pilar, onde se formou o Arraial Velho, com cerca de 40 casas. A exploração durou até 1743, quando um desmoronamento matou 18 escravos e interrompeu as atividades mineradoras.

A exploração aurífera tem fim e em 1745 morre Gaspar Soares. Depois deste episódio o morro passa a se chamar “Morro de Gaspar Soares”. Foi um período de estagnação conforme o viajante Auguste de Saint-Hilaire relatou em sua visita à região.

Mas esta estagnação estava com os dias contados. Com a chegada da família Real Portuguesa ao Brasil, houve a oportunidade para construir a primeira fábrica de ferro no Brasil.

“Após a remessa do primeiro carregamento de diamantes¹ para o Rio de Janeiro e do envio de sugestões para a mineração e a fabricação de ferro, o Intendente Câmara foi chamado à Corte pelo Príncipe Regente e pelo seu amigo Dom Rodrigo, ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros. No final de setembro, no entanto, ele já estava de volta ao Arraial do Tijuco, trazendo importantes notícias: (...) o alvará mais importante – pelo qual ele havia dedicado precioso tempo e esforço desde 1798, no retorno à Lisboa de suas viagens pela Europa – era o que determinava providências para a construção da primeira fábrica de ferro do Brasil, que ficaria sob sua responsabilidade”.²

¹ O intendente encaminhou ao Rio de Janeiro, no dia 08 de fevereiro de 1808, 18.020 quilates de diamantes que estavam depositados nos cofres da Real Extração no Tijuco.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Por Carta Régia de 10 de outubro de 1808 ficou o intendente Câmara (Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá) autorizado a deduzir dos 120:000\$000 réis da assistência anual, que pela fazenda se fazia para os trabalhos da Extração, para serem aplicados, como conveniente fosse, ao estabelecimento de uma fábrica de ferro, no lugar mais apropriado da Comarca do Serro Frio.

O local escolhido para a construção da fábrica de ferro foi no Morro do Gaspar Soares, que posteriormente mudou para Morro do Pilar, por ser debaixo da invocação de Nossa Senhora do Pilar que se edificou a sua primeira igreja. A escolha do local foi pela grande abundância que ali havia de ferro. Sancho Bernardo de Herédia, rico mineiro fez a doação de uma sesmaria de terras para a construção da fábrica em Morro do Pilar.³ Outro fator para a instalação da fábrica de ferro em Morro do Pilar foi “*Câmara tinha um desígnio grandioso, (...) Por meio de um canal planejava tornar navegável o rio Sto. Antônio, afluente do Rio Doce, para levar o ferro, até o mar e receber as mercadorias de que Minas necessitava*”.⁴

Em 1809, o Intendente Câmara iniciou a construção da Real Fábrica de Ferro de Morro do Pilar, ou Fábrica do Rei, como também era conhecida. Intendente Câmara, em 1814, consegue fabricar ferro líquido, dando ao município o título de "Berço da Siderurgia Nacional". As dificuldades para o início das obras da fábrica de ferro seriam imensas, pois embora Morro do Pilar se localizava às margens da Estrada Real, Morro ficava distante 25 léguas do Arraial do Tijuco, cerca de cinco a seis dias de viagem a cavalo. Isso dificultava o transporte dos materiais para as construções e todo o empreendimento em si. A mão-de-obra veio do Tijuco e de Gouveia (famílias de João Vieira da Costa e José Francisco Rodrigues, com seus escravos).

Entre os anos de 1814 e 1815, a Fábrica conseguiu fabricar ferro líquido pela primeira vez no Brasil. Morro do Pilar fornecia ferro em barras que eram enviadas para o Tijuco, atual Diamantina, que serviam de material para as ferramentas necessárias aos mineradores de diamantes. Os habitantes do Tijuco receberam festivamente as primeiras barras de ferro.⁵

O Intendente Câmara dedicou-se à fábrica de ferro intensamente, atuando em todas as frentes, sendo ao mesmo tempo projetista, engenheiro, pedreiro, oleiro e fundidor. Ele deixava a Intendência do Tijuco⁶ e dedicava-se a administrar os trabalhos da fábrica de ferro pessoalmente, estudando e meditando os meios mais convenientes de levar avante a empresa de sua predileção.⁷

Quando Câmara deixou de ser Intendente, a fábrica do Morro do Pilar foi caminhando para a decadência. Sem a presença do Intendente Câmara, a fábrica foi mal administrada, sendo que a mão-de-obra ficou escassa por não serem pagos com pontualidade. Em julho de 1831 procedeu-se ao inventário e arrecadação de todos os bens pertencentes à fábrica, encontrando tudo em estado miserável.

² ANTUNES, Américo. Do Diamante ao Aço. A Trajetória do Intendente Câmara. Belo Horizonte: UMA, 1999. P. 69.

³ SANTOS, Joaquim Felício dos. Memórias do distrito diamantino. Livraria Itatiaia Editora Ltda, 1976.

⁴ FILHO, Aires da Mata Machado. Arraial do Tijuco. Cidade Diamantina. Editora Itatiaia Ltda, 1980. p. 68.

⁵ Ibidem, p. 68.

⁶ Ele entregava ao seu substituto, o Fiscal, a responsabilidade da Intendência (administração).

⁷ SANTOS, Joaquim Felício dos. Memórias do distrito diamantino. Livraria Itatiaia Editora Ltda, 1976. p. 218.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Morro do Pilar emancipou-se em 12 de dezembro de 1953, desmembrando-se de Conceição do Mato Dentro.

3.2- Breve histórico da Igreja do Canga⁸

De acordo com o livro “Indagações e notícias sobre o Morro de Gaspar Soares⁹”:

É bem provável que a antiga capela de Nossa Senhora do Pilar no arraial velho, no alto do Morro na Canga, fosse mudada para baixo, e fosse provisoriamente levantada em lugar impróprio como se disse acima, e isto fosse talvez pelos anos de 1745 a 1750, e ali estivesse até 1760, quando, então em aqui chegando, vindo de São Paulo, o Capitão João Francisco, a julgando acanhada e mal coberta, convidasse o povo para construir-se outra no lugar hoje da Matriz, o que levaria tempo, motivaria grande dispêndio de dinheiro e trabalhos, como fica notado nesta declaração. A primeira serviria por espaço de 15 anos, mais ou menos, até que os trabalhos de desmonte da mineração chegassem ao Ôgo, depois cessa os trabalhos de Gaspar Soares. A segunda serviria por dez anos, mais ou menos. A terceira, cujos velhos esteios sei que farão emendados no tempo do Vigário Anastácio, de 1819 a 1845, e agora reconstruídos de todo, ou formada outra, promete segurança.”

De acordo com a sobrinha bisneta do Padre Antônio Vieira de Matos, Maria das Neves de Matos, o relato do Padre transcrito acima, vem ao encontro das informações que a Igreja do Canga foi a primeira capela do Morro do Gaspar Soares. Gaspar Soares se estabeleceu no Morro da Canga, onde encontrou ouro e construiu nas proximidades uma capela dedicada à Nossa Senhora do Pilar, onde se formou o Arraial Velho, com cerca de 40 casas. Vale ressaltar que a dedicação à Nossa Senhora do Pilar foi motivada pela imagem de Nossa Senhora do Pilar trazida da Espanha. A Capela foi transferida para o arraial novo depois do desmoronamento, em 1743, quando as atividades mineradoras foram interrompidas.

Atualmente a Igreja é dedicada à Nossa Senhora de Lourdes¹⁰, pois na época com a transferência da Capela para o arraial novo, a Igreja Matriz ficou com a dedicação à Nossa Senhora do Pilar.

Tanto a Igreja Matriz como a Capela do Canga, sofreram várias intervenções ao longo dos tempos. A igreja Matriz, conforme o texto transcrito do Padre Antônio Vieira de Matos, sofreu três grande intervenções. A Capela do Canga, também, sofreu várias intervenções que a descaracterizaram.

4 – ANÁLISE TÉCNICA

⁸ Canga, concentração de hidróxidos de ferro na superfície do solo sob a forma de concreções, e que às vezes constitui bom minério de ferro. De acordo com a Sr. Maria das Neves de Matos, o significado conhecido na cidade para Canga é resto de minério.

⁹ MATOS, Padre Antônio Vieira. Indagações e notícias sobre o Morro de Gaspar Soares pelo Padre Antônio Vieira de Matos. Estrela Polar, Diamantina, 1921.

¹⁰ Celebra-se todo dia 08 de fevereiro uma missa à Nossa Senhora de Lourdes na Capela do Canga.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

A igreja do Canga é dedicada a Nossa Senhora de Lourdes, data do início da povoação do município e localiza-se no antigo povoado da Lapinha. Está localizada na parte alta da cidade de Morro do Pilar, em local onde iniciou a povoação do município (informações de Geraldina Aparecida Dias, membro do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural). O distrito sede de Morro do Pilar foi formado após a transferência das primeiras casas do povoado da Lapinha, nos arredores da Igreja do Canga, para o local atual da sede. As coordenadas geográficas da igreja são S 19° 13' 32,7" W 043° 23' 20.0".

Situa-se nas proximidades das Minas do Hogó e próximo à igrejinha há um antigo cemitério, coordenadas geográficas S 19° 13' 19,7" W 043° 23' 20,4". O local do antigo cemitério está completamente tomado pelo mato e, numa visão superficial, não há indícios de lápides ou túmulos.



Figuras 02 e 03– Área do antigo cemitério.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 04 – Vista aérea do conjunto formado pela Igreja do Canga (seta vermelha), local do antigo cemitério (seta amarela) e local onde se localizam as Minas do Hogó (túneis) e vestígios da existência de outros bens culturais (seta azul).

O terreno onde se localiza a igreja tem topografia suave, é coberto por grama e há várias árvores plantadas. Há um coreto localizado no adro da igreja, à esquerda da fachada principal.

A igreja possui arquitetura bastante simples, com volume único coberto por telhas cerâmicas. A fachada é simples, sem ornamentos, com porta central, janelas laterais e óculo superior, sendo todas as esquadrias com vergas ogivais. Há crucifixo no alto da empena.

Na data da visita a igreja encontrava-se fechada, não sendo possível o acesso ao seu interior. Segundo relatos da população local, a igreja é utilizada esporadicamente e às vezes são realizadas obras de manutenção. O fato pode ser confirmado, uma vez que o jardim no entorno da igreja encontra-se bem conservado e o imóvel encontra-se em regular estado de conservação.

Externamente, pudemos verificar a existência de manchas de umidade, principalmente no encontro da empena frontal com a cobertura e nos trechos da alvenaria próximos ao piso.

Verificou-se que algumas intervenções realizadas ao longo dos anos descaracterizaram o imóvel, alterando suas características originais. Por exemplo, o chapisco existente na alvenaria na



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

área próxima ao piso e na área interna o piso original da igreja foi substituído por cerâmica, material contemporâneo cujo formato e estampa não condizem com o estilo da igreja.



Figura 05 – Igreja do Canga e seu entorno.



Figura 06 – Intervenção descaracterizante.

5 – CONCLUSÕES

A Igreja do Canga tem grande importância para a cidade de Morro do Pilar. O poder público reconheceu a importância do monumento e o mesmo é citado no Plano de Inventário como parte integrante do acervo arquitetônico e urbanístico a ser inventariado.

O reconhecimento de um bem como parte integrante da cultura de um povo é elemento formador da noção de cidadania, da consciência coletiva e da idéia de pertencimento a uma comunidade. Devemos buscar a manutenção das tradições culturais para que elas sejam transmitidas para as próximas gerações. E, conseqüentemente passam a compartilhar de uma memória coletiva que se coloca frente ao tempo e estabelece uma ponte entre passado e presente.

Dada a importância da preservação desse local e de forma a garantir sua preservação, deverá ser feita a proteção do bem, iniciando pelo inventário, uma vez que o local é portador de referência à memória da comunidade. Posteriormente, deverá ser feito o tombamento do imóvel. **Sugere-se que se proceda ao tombamento do conjunto formado pela Igreja do Canga, Minas do Hogó e cemitério, dada a proximidade destes e da relação histórica que há entre os bens.**

Devido ao regular estado de conservação que o bem se encontra, não são necessárias grandes intervenções. **A intervenção mais urgente é a verificação das causas da existência das infiltrações tanto na empena da fachada frontal quanto na base da edificação. O local**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

deverá continuar recebendo limpeza e obras de conservação¹¹ e manutenção¹², como vem sendo feito até hoje. Ao realizar a conservação preventiva, que são intervenções de menor complexidade e baixo custo, é possível prevenir danos maiores e, freqüentemente, irreversíveis. Deverão ser estabelecidas rotinas periódicas de inspeção no imóvel para verificação de possíveis patologias, tanto no imóvel quanto na área externa ao mesmo. Após a verificação das patologias, os reparos deverão ser realizados. As intervenções mais comuns são:

- revisão de telhado, calhas e condutores;
- drenagem pluvial de terreno adjacente;
- imunização contra insetos xilófagos;
- reboco e pintura interna e externa de alvenarias e esquadrias;
- revisão de instalações elétricas e hidráulicas;
- estabilização de recalques estruturais de pequenas proporções;
- reconstituição de alvenarias arruinadas;
- revisão de esquadrias, com ênfase nos aspectos de segurança contra roubo e vandalismo;
- instalação de sistema de alarmes contra roubo e/ou prevenção contra incêndio.

É importante lembrar que estes trabalhos devem ser realizados por profissionais com comprovada capacitação técnica, para que ocorra uma correta escolha das técnicas a serem utilizadas e que as intervenções sejam bem executadas.

Deverão ser realizadas pesquisas mais aprofundadas na área do antigo cemitério, para verificação da existência de antigos túmulos / sepulturas e/ou vestígios arqueológicos.

6- ENCERRAMENTO

Sendo só para o momento, colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos. Segue este laudo, em 08 (oito) folhas escritas em um só lado, todas rubricadas e a última datada e assinada.

Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2009.

Andréa Lanna Mendes Novais

Analista do Ministério Público – MAMP 3951 - Arquiteta Urbanista – CREA-MG 70833/D

Karol Ramos Medes Guimarães

Analista do Ministério Público – Historiadora – MAMP 3785

¹¹ Intervenção voltada para a manutenção das condições físicas de um bem, com intuito de conter a sua deterioração. Instrução Normativa nº 1/2003 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

¹² Operação contínua de promoção das medidas necessárias ao funcionamento e permanência dos efeitos da conservação. Instrução Normativa nº 1/2003 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.